

# MULHERES NA POLÍTICA

OBSERVATÓRIO PARLAMENTAR DA REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL<sup>1</sup>

## RECOMENDAÇÕES AO BRASIL E SEUS INDICADORES

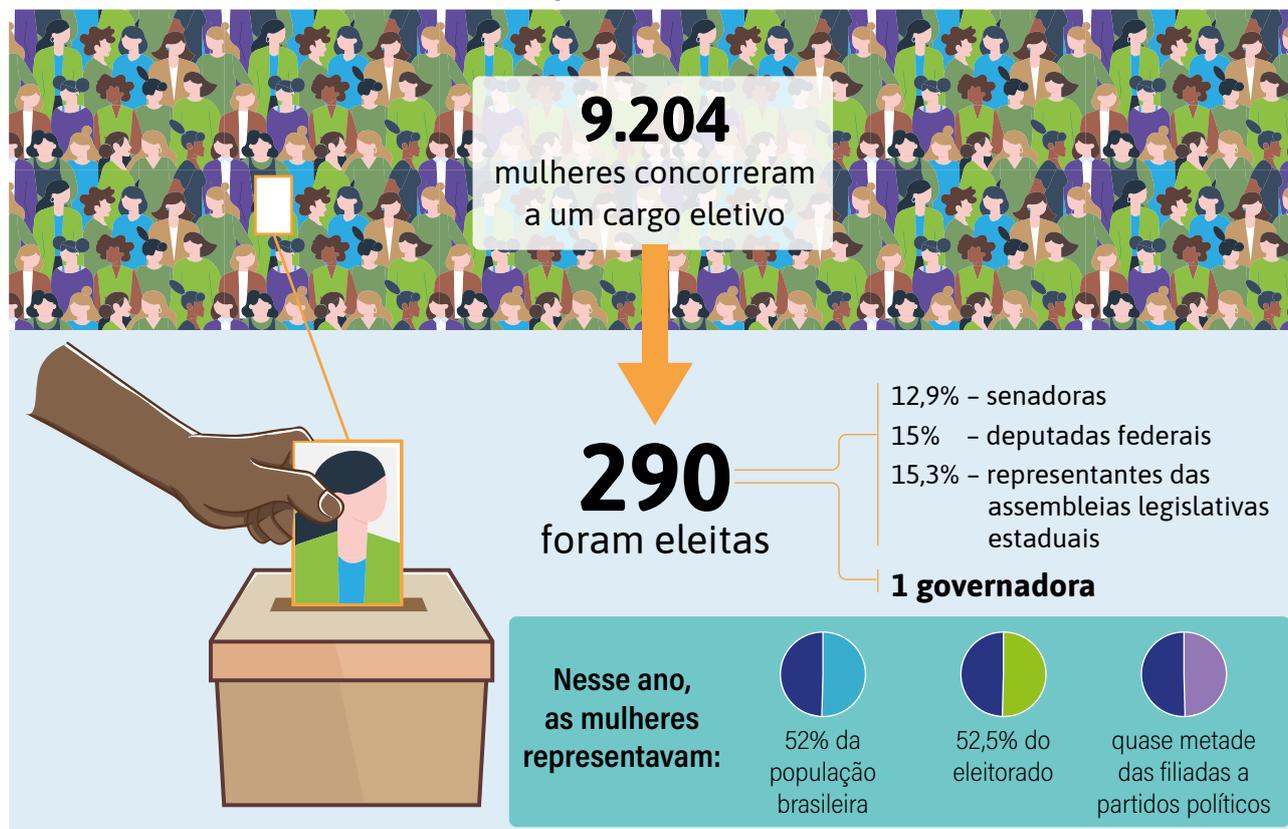
REFERENTES AO TERCEIRO CICLO (2017-2021) DA RPU

Recomendação	Avaliação
197. Promover uma maior participação das mulheres na política e no governo (Timor-Leste)	✘
198. Implementar medidas efetivas de inclusão das mulheres em todos os níveis dos processos de tomada de decisão (Bélgica)	✘

Legenda: ✘ - Não cumprida

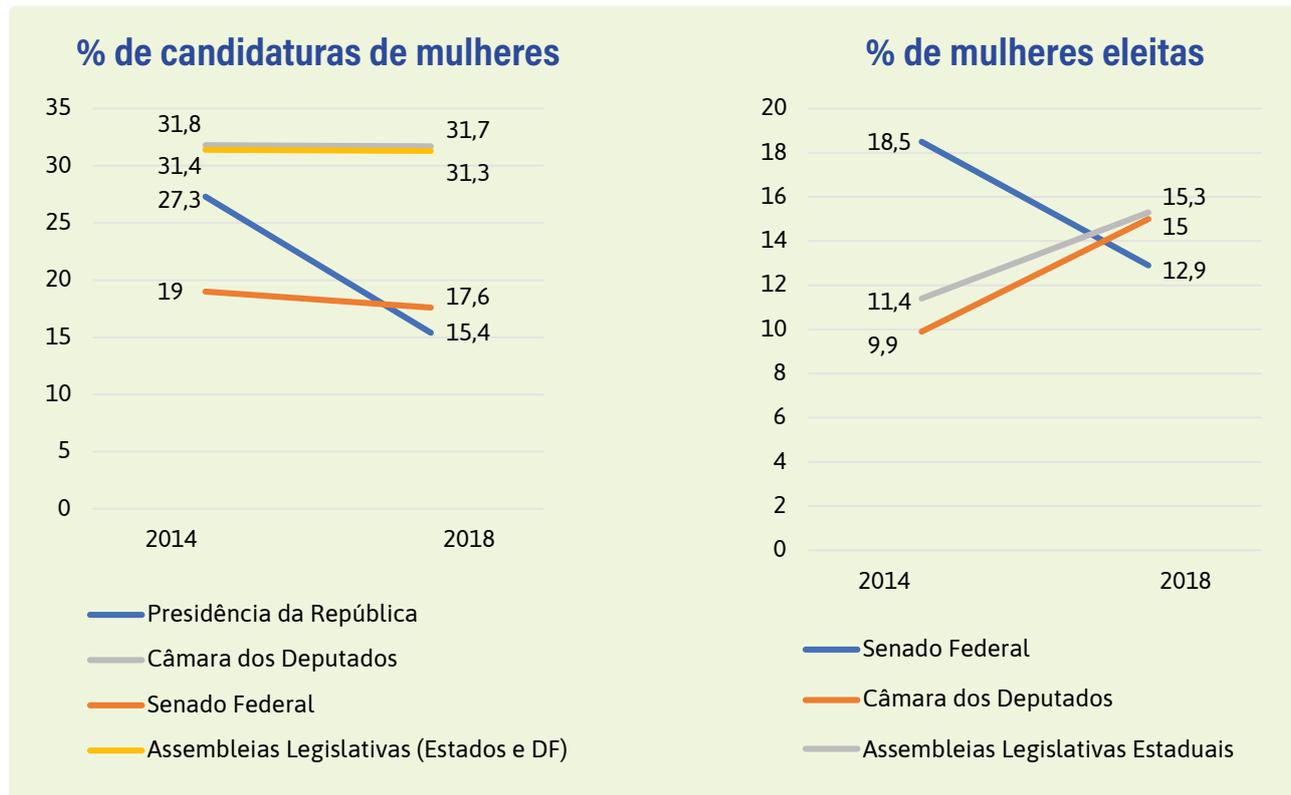
## MULHERES NA POLÍTICA EM NÚMEROS

ELEIÇÕES 2018 - BRASIL



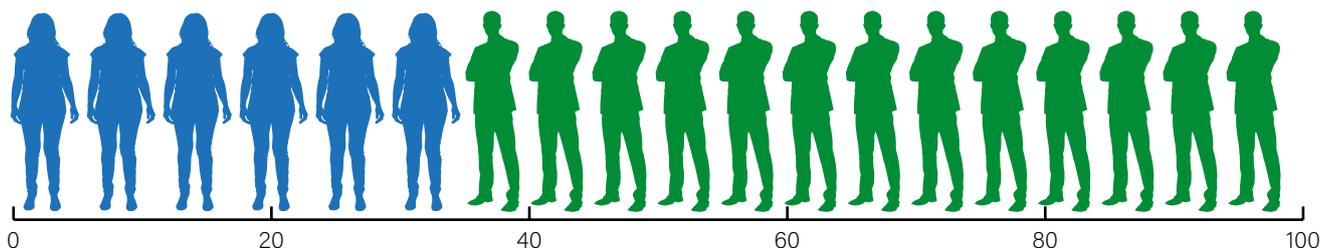
<sup>1</sup> O Observatório é um mecanismo do poder público para monitorar a efetividade das recomendações feitas ao Brasil com o objetivo de melhorar a situação dos direitos humanos. É uma parceria firmada entre a Câmara dos Deputados e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

## COMPARATIVO DAS ELEIÇÕES DE 2014 E 2018

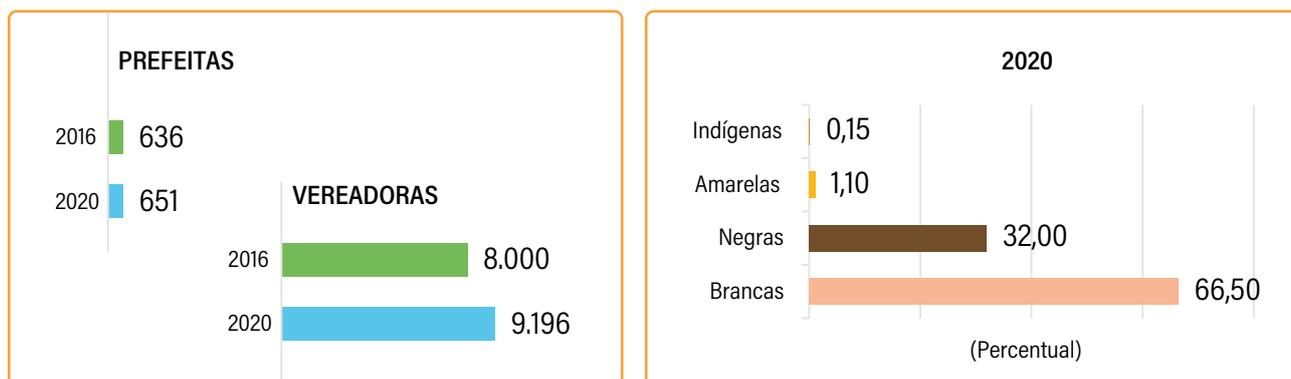


## ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

### CANDIDATURAS



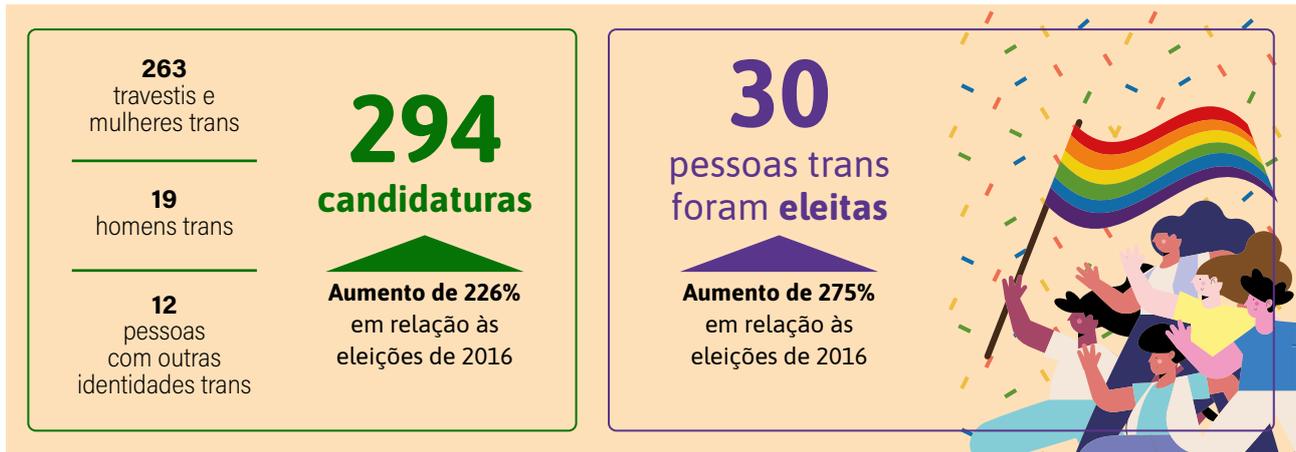
### MULHERES ELEITAS



**Nota:** homens brancos e com idade acima de 40 anos representam a maioria dos eleitos para todos os cargos.

## TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

(ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020)



## BRASIL NO RANKING "MULHERES NOS PARLAMENTOS"

(INTER-PARLIAMENTARY UNION)

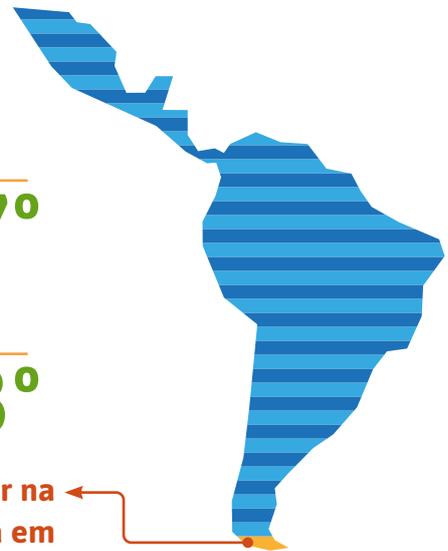
O quesito "empoderamento político feminino" é o que representa o **maior prejuízo** ao desempenho geral do Brasil no ranking.

(Global Gender Gap Report 2020, do World Economic Forum)

2018  
**157°**

2020  
**143°**

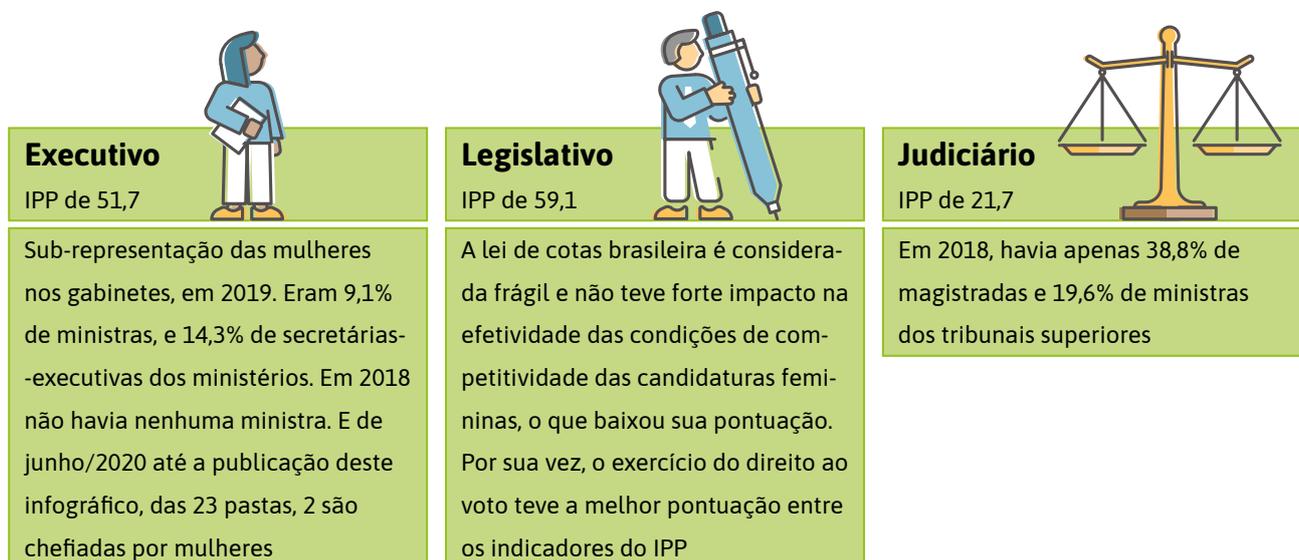
Último lugar na América Latina em 2018 e 2020



## ÍNDICE DE PARIDADE POLÍTICA (IPP)

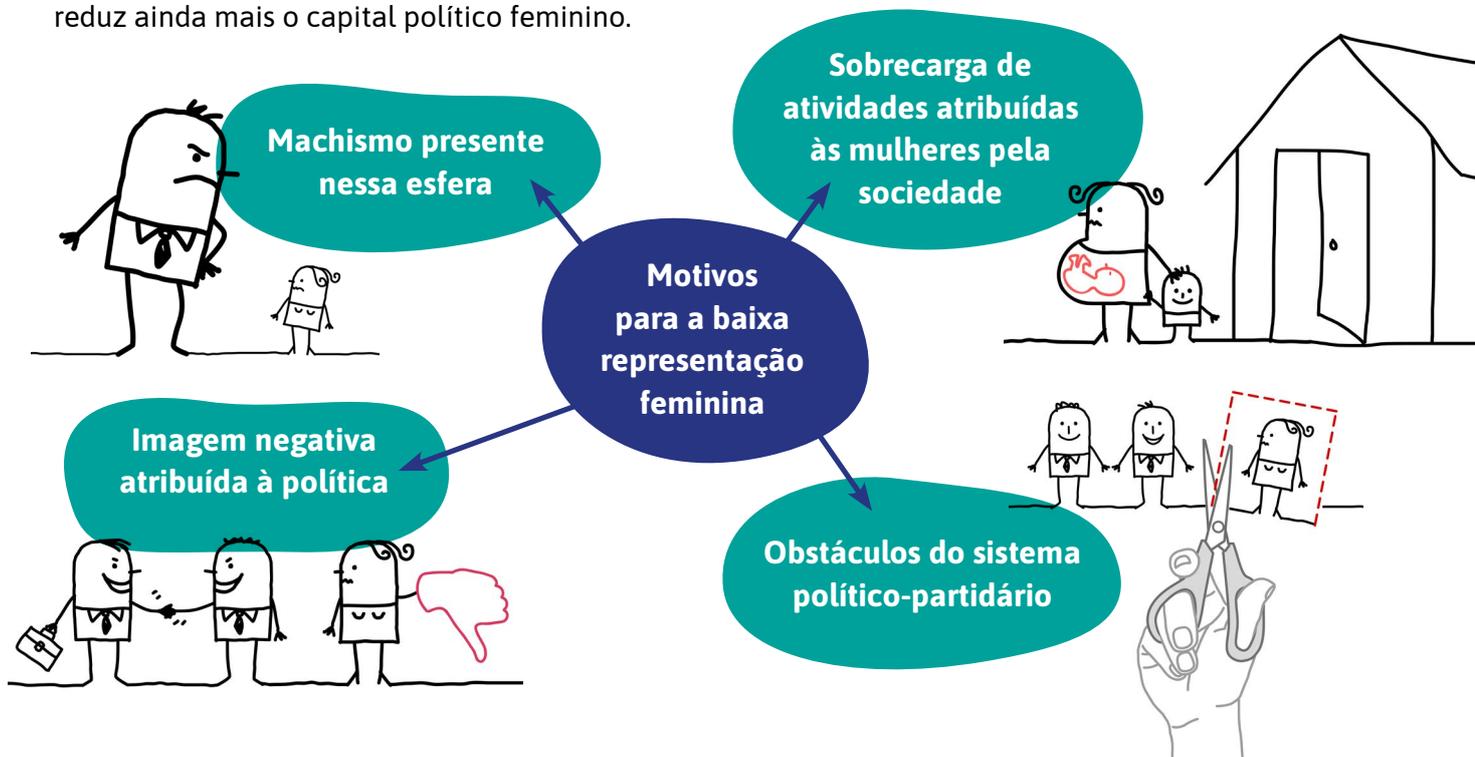
Variação de 0 a 100

Criado a partir de 40 indicadores categorizados em 8 dimensões (Estudo Atenea implementado pelo PNUD e ONU Mulheres em 2019 - América Latina e Caribe)



## DESAFIOS PARA ALÉM DA RESERVA DE COTAS PARA MULHERES

- Fatores socioculturais estruturantes dificultam a entrada das mulheres na política.
- Partidos tendem a investir menores recursos nas candidaturas femininas.
- Candidatos anteriormente conhecidos têm tradicionalmente maior sucesso nas eleições, o que reduz ainda mais o capital político feminino.



## VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA POLÍTICA

Entre 2016 e 2020<sup>1</sup>



- 9 foram assassinadas ou sofreram atentados



- Sofreram 31% dos casos de ameaça (2,4 vezes superior ao percentual médio de representação no Legislativo nacional)



- Sofreram ofensas, ao menos, 5,8 vezes o percentual de sua representação política legislativa

1 Relatório "Violência política e eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos entre 2016 a 2020".

Nos casos em que foi possível identificar o gênero do autor da violência, **os homens aparecem como autores em 100% dos casos de assassinatos, atentados e agressões e em mais de 90% dos casos de ameaças e ofensas.**



Entre as **mulheres negras** candidatas em 2020<sup>2</sup>

**42%** relataram ter sofrido algum tipo de violência

**13,3%** delas receberam ameaças de morte durante o período pré-campanha ou de campanha eleitoral

2 Pesquisa "Violência política contra as mulheres negras".

## AÇÕES DO PODER EXECUTIVO

 Implantação da Rede Brasil Mulher em 2017 para fortalecer o processo de participação política, democrática e igualitária das mulheres no poder e nos órgãos de decisão.



O Tribunal de Contas da União (TCU) apurou dois problemas: redução drástica na execução orçamentária e no quadro de pessoal em 2017 e 2018; e limitação das atividades de articulação da Rede à preparação de reuniões pontuais.

 Existência dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPM), que integram a estrutura administrativa do Poder Executivo das esferas federal, distrital, estadual e municipal. Buscam assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental.



A partir de 2014, houve uma estagnação do número de OPM no país.

 Instituição do projeto Mais Mulheres no Poder, em 2020, pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, como estratégia de conscientização sobre a participação política das mulheres em cargos eletivos, de poder e de decisão, bem como o pleno exercício da democracia representativa e participativa.

 Lançamento, em 2020, da campanha Mais Mulheres na Política, com o objetivo de garantir que fosse eleita ao menos 1 vereadora em cada um dos 5,7 mil municípios brasileiros nas eleições de outubro.

 Criação, em 2005, do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, dirigido a organizações de médio e grande porte, públicas e privadas. Ao implementar os compromissos assumidos quanto às ações de promoção de equidade de gênero e raça, a organização recebe o "selo pró-equidade de gênero e raça". É coordenado pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, em parceria com a ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho.

## AÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO

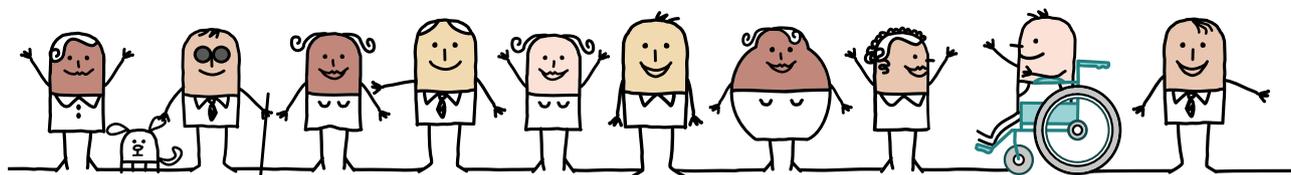
 Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou, em 2018, que os partidos políticos deveriam reservar pelo menos 30% dos recursos do fundo eleitoral para financiar candidaturas femininas e que o mesmo percentual deveria ser considerado em relação ao tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV.

 Lançamento pelo TSE, em 2020, do "Guia de segurança do Instagram para mulheres na política", produzido em parceria com a referida rede social. O propósito é fornecer orientações a candidatas e governantes para se protegerem de comportamentos de ódio e preconceito nas mídias sociais.

 O TSE definiu, em 2020, que candidaturas de pessoas negras teriam direito à distribuição proporcional e em um patamar mínimo do fundo eleitoral para financiamento de campanha e tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, a partir das eleições de 2022. O Tribunal também definiu que os recursos legais destinados às mulheres serão divididos entre brancas e negras.

 Lançamento do site #ParticipaMulher, em homenagem às mulheres que fizeram história na vida política e na Justiça Eleitoral. A iniciativa do TSE, de 2019, visa contribuir para o aumento da participação feminina na política.

 Lançamento, pelo TSE, da campanha Mais Mulheres na Política: A Gente Pode, o Brasil Precisa, para as eleições de 2020.



## AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

 Três leis com relação à participação das mulheres na política foram aprovadas no período de análise deste relatório do Observatório Parlamentar:

- Lei nº 13.488/2017
- Lei nº 13.831/2019
- Lei nº 13.877/2019

 Diversas proposições relacionadas ao tema foram apresentadas e ainda estão sendo deliberadas; entre elas, projetos de lei, projetos de lei complementar e proposta de emenda à Constituição.



Nem todas as propostas apresentadas no Legislativo no período visam ao aumento da representatividade das mulheres nos espaços de decisão.

 O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), deputado Carlos Veras (PT-PE), a deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e o deputado Helder Salomão (PT-ES) estiveram em reunião com o presidente do TSE, em maio de 2021, para buscar apoio do Tribunal para combater a violência política baseada em gênero e raça.

## SAIBA MAIS

### Relatório completo – Mulheres na política

- [Audiência Pública em 7/5/2021](#)
- [Reportagem sobre a audiência](#)
- [Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal](#)
- [Livro: O voto feminino no Brasil, de Teresa Cristina de Novaes Marques \(Edições Câmara, 2019\)](#)
- [Livro: Bertha Lutz, de Teresa Cristina de Novaes Marques \(Edições Câmara, 2020\)](#)